

Estudar a contrarrevolução: Um testemunho

Studying the Counterrevolution: A Testimony

Fátima Sá e Melo Ferreira* 

À memória de Rafael Moreira

Agradeço ao meu colega e amigo José Subtil a oportunidade que me dá de colaborar neste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* que em boa hora organiza com Paulo Jorge Fernandes sobre um tema tão relevante e com tanta atualidade historiográfica como o contido na dupla “Liberalismo e Contrarrevolução”. Inicialmente o convite que me dirigiu destinava-se à apresentação de um artigo original no âmbito da temática da contrarrevolução, convite que, infelizmente, não me foi possível aceitar. Generosamente, José Subtil manteve-o, mas mudou-o para uma modalidade mais simples que consistia na alternativa, menos exigente, de escrever um testemunho sobre a pesquisa, que neste domínio realizei, ao longo de bastantes anos. Uma alternativa irrecusável que me levou a redigir este pequeno texto que não aspira a ser mais do que um breve relato de uma experiência pessoal de investigação.

Em primeiro lugar queria deixar claro que nos meus trabalhos que incidiram sobre a contrarrevolução em Portugal no século XIX, que entre nós se confunde com o miguelismo, tentei ter sempre presente a sua antítese semântica com o conceito de revolução, em relação ao qual o primeiro se constituiu. Revolução e contrarrevolução são, tanto no plano conceptual como no da experiência histórica, duas faces da mesma moeda, como é cada vez mais reconhecido pela historiografia contemporânea e tal como o título deste *dossier* igualmente sugere.

Gostaria ainda de dizer que os meus trabalhos sobre este tema não se iniciaram como corolário de um interesse especial pela história da contrarrevolução em Portugal, pelo reinado de D. Miguel, ou pelo miguelismo como movimento político e como luta dinástica. O meu interesse norteou-se, na verdade, por objetos muito menos ambiciosos embora também exigentes. Sobre tudo pela vontade de perceber a forma de que se tinham revestido os comportamentos populares durante os conflitos que acompanharam a im-

* A autora não usa o AO90, mas aceitou que a revista alterasse o seu texto no sentido de ser publicado nesta versão.

plantação em Portugal de um regime liberal e constitucional em muito semelhante aos que se foram implantando nos anos 20 e 30 daquele século em todo o ocidente europeu e na Ibero-América.

Tal como sabemos que revolução e contrarrevolução representam um par conceptual em que nenhum dos termos se pode entender sem o outro, sabemos hoje, também, que no plano da experiência dos agentes históricos, esses dois movimentos políticos conviveram, opondo-se, desde a primeira vaga revolucionária dos finais do século XVIII na América do Norte e em França, às vagas revolucionárias dos anos de 1820, 1830, 1848 e nalguns casos mais tardias. Vagas revolucionárias que atravessaram o campo político e social no seu conjunto envolvendo também aqueles que habitualmente consideramos membros das “classes populares” ou simplesmente, para utilizar uma designação mais simples e menos sociológica, inspirada na chamada *history from below* britânica, “os de baixo”.

Foi por esses grupos que me interessei e pelos seus comportamentos políticos, sobretudo os de natureza contrarrevolucionária, ou seja, por aquilo a que também se chamou “miguelismo popular”, mas que preferi designar na tese de doutoramento que realizei em França (faz agora exatamente trinta anos), de maneira mais lata, chamando-lhe “resistências populares ao liberalismo”.

Este interesse nasceu cedo, logo na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde me licenciiei em 1974 e foi um colega e grande amigo recentemente falecido, à memória de quem dedico este texto, Rafael Moreira, que viria a tornar-se um grande historiador de arte, que, interessando-se pelo miguelismo de forma mais genérica, me chamou a atenção para aquilo que nos parecia, naqueles anos, ser, em vários sentidos, um “fenómeno” e uma “contradição”, ou seja a existência de um apoio popular bastante extenso a D. Miguel. No entanto, aquilo que nos parecia digno de espanto, estava já amplamente documentado por memorialistas e historiadores do século XIX, desde o historiador “oficial” do liberalismo e da guerra civil, em que participou, Simão José da Luz Soriano, na *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Regime Parlamentar em Portugal* (17 volumes) até Oliveira Martins, mais tardiamente, nalgumas páginas inesquecíveis do seu *Portugal Contemporâneo*. Outra razão pela qual não deveríamos (nem devemos) entender como um estranho “fenómeno” o apoio popular à contrarrevolução, reside no facto de ele não ser uma particularidade portuguesa, mas ter evidentes paralelos em muitos outros países dentro e fora da Europa, destacando-se, no nosso caso, a vizinha Espanha. Um paralelo assente no facto de os conflitos político-dinásticos serem protagonizados em Portugal pelos dois filhos de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel, vindo a tornar-se o último a grande referência dinástica da contrarrevolução, e de conflitos semelhantes eclodirem quase em simultâneo no reino vizinho, sendo, além disso, estreitas as relações existentes entre as respectivas famílias reais. Em Espanha o pretendente D. Carlos, representante do polo contrarrevolucionário era tio de D. Miguel, sendo irmão da sua mãe D. Carlota Joaquina. Na verdade, apesar de várias diferenças locais substantivas, miguelismo e carlismo foram movimentos e correntes políticas próximos que só o facto de D. Miguel ter chegado ao poder em Portugal e o mesmo não ter acontecido com D. Carlos em Espanha, distanciou.

Foi uma vez mais graças ao meu amigo Rafael Moreira que descobri e li fascinada, ainda na faculdade, os *Rebeldes Primitivos* de Eric Hobsbawm numa tradução portuguesa editada no Brasil que este meu amigo luso-brasileiro de lá trouxera. Um livro de 1972 que guardo religiosamente na estante e que transporta os traços dos muitos anos que passaram e das muitas vezes que foi relido.

Nessa altura, no curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa ainda havia tese de licenciatura e eu tinha escolhido como tema a revolta da Maria da Fonte que embora não versasse diretamente sobre o apoio popular a D. Miguel, me parecia fazer parte da mesma constelação de manifestações e modalidades de participação popular no período de implantação do liberalismo, mesmo que esta revolta, iniciada em 1846, fosse mais tardia.

O meu orientador, Jorge Borges de Macedo, não se opôs a que trabalhasse sobre aqueles anos, pretendendo, porém, que os abordasse apenas na perspetiva do conflito entre os grupos políticos em confronto, cartistas e setembristas, mais agudo na fase dita da Patuleia, elidindo assim a revolta popular. Com razão ou sem ela, resisti. O que queria estudar era exatamente o inverso: a revolta que desembocara na guerra, e que mobilizara camponeses analfabetos, com as mulheres à frente, a combater a legislação liberal higienista que voltara a proibir, agora

de forma mais decisiva, a antiga prática de enterrar os mortos nas igrejas, e que, logo a seguir, contestaria também o novo modelo de cobrança de impostos, assaltando repartições de finanças e queimando na praça pública os formulários que lhes eram destinados.

A teima com o meu orientador resolveu-se facilmente com a extinção, em 1974, das teses de licenciatura, mas não me custa reconhecer agora que separar a Maria da Fonte dos conflitos posteriores e da guerra da Patuleia, teria sido impossível e que o meio rural do norte do país era muito mais complexo do que então imaginava.

Depois de ingressar no ISCTE em 1977, como Assistente na então chamada *Área de História*, comecei a pensar num tema para a minha tese de doutoramento motivada ainda pelos mesmos interesses e tempos que trazia da faculdade. Ao considerar melhor o assunto e tendo feito alguma prospeção documental, percebi que havia uma grande lacuna nos conhecimentos sobre a história dos movimentos populares, em particular os contrarrevolucionários, que coincidia com o período compreendido entre o fim da guerra civil, com a vitória liberal em 1834, e a Maria da Fonte e a Patuleia de 1846-1847, que aparecia como um território deserto. Foi sobre ele que decidi então trabalhar, numa espécie de pesquisa tanto das origens da Maria da Fonte como das sequelas da guerra civil. Tal propósito foi incentivado pelo aparecimento em 1981 do livro *A guerrilha do Remexido* de António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso, o último dos quais, que já conhecia da faculdade, se viria a tornar um grande amigo também.

Graças a estudos de âmbito local, que muitas vezes erradamente desprezamos, comecei a perceber que algumas das mais emblemáticas formas de mobilização popular da Maria da Fonte, como a contestação popular da legislação que proibia os enterros nas igrejas, não nascera em 1846 e tinha uma significativa genealogia que datava da primeira proibição publicada logo em 1835. O mesmo sucedera, embora em muito menor escala, com a contestação popular de novos tributos, havendo, além disso, outras formas de conflito numa época em que parecia que tudo se pacificara e nada mais acontecera depois do fim da guerra civil. Mas não fora assim. Seria quase uma anomalia se o tivesse sido se pensarmos no pós-guerra de outros conflitos civis dos séculos XIX e XX que deixaram, depois de terminados, um lastro duradouro de conflitualidade.

A propósito do muito que se podia e creio que ainda pode aprender nos chamados estudos locais, gostaria de mencionar um livro que se integra parcialmente na referida categoria, que foi muito revelador para mim e que utilizei bastante nessa época recuada dos inícios da minha tese, e que me foi da maior utilidade para perceber quanto fora agitado o período entre o fim da guerra civil em 1834 e os novos conflitos abertos em 1846 com a Maria da Fonte. Refiro-me a uma obra de 1932 intitulada *Talhinhas e as guerrilhas liberais: Notícias monográficas inéditas*, de autoria de uma mulher, Cândida Florinda Ferreira, o que era seguramente pouco habitual à época, que frequentara a Faculdade de Letras de Lisboa, o que não o seria menos. Vinte anos antes, um eclesiástico, José Augusto Ferreira, publicara uma obra intitulada *Memórias para a História de um Scisma (1834-1842)* que se revelaria também muito útil para perceber o que estava em jogo no chamado “Cisma da Igreja Portuguesa”, que alimentou naqueles anos, vim depois a perceber, intensa mobilização popular sobretudo no norte do país.

Todos estes pequenos contributos, do princípio do século XX, revelaram-se pontos de partida tanto mais importantes quanto os vencidos de Évora-Monte não tinham feito, ao longo do século XIX, a sua própria história.

Resistências populares ao liberalismo em Portugal (1834-44) foi o tema que no início dos anos 1980 propus ao meu orientador em França, o professor Maurice Agulhon, primeiro para o DEA (Diplôme d'Études Approfondies) e depois para o Doutoramento. Para minha surpresa ele aceitou e depois passei muitos anos, anos demais, na longa pesquisa a que me conduziu e também na sua redação em francês.

O problema não decorria só da extensão do período que me propusera pesquisar ou com o âmbito nacional da pesquisa, tinha também muito que ver com as fontes e o acesso aos arquivos, uma questão que hoje já quase não faz sentido ou faz muito menos. Se foco este ponto é precisamente para mostrar como as fontes para estudar as resistências ao liberalismo ou o miguelismo popular no pós-guerra civil se ainda hoje são complexas e de difícil abordagem, nos anos 80 do século passado eram-no muito mais. Segundo a Professora Miriam Halpern Pereira,

com quem trabalhei durante muitos anos no ISCTE, o arquivo mais útil para iniciar o meu trabalho seria o do Ministério dos Negócios do Reino, nos anos correspondentes à cronologia que me propusera estudar. Acontecia que, inserido no Arquivo das Secretarias de Estado, esta documentação era completamente inacessível naquela época, por se encontrar depositada, sem tratamento arquivístico, num barracão situado na Amora.

Miriam Halpern Pereira levou a cabo uma longa luta para resolver esse problema, luta que deu frutos tempos mais tarde quando os documentos da Amora foram finalmente incorporados no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT) na direção de Jorge Borges de Macedo (1990-1996).

Pela minha parte já há muito recorrera a outro arquivo, o Arquivo Histórico-Militar (AHM), recurso que parecia fazer sentido sobretudo para o estudo das guerrilhas miguelistas e da sua repressão, como o livro *A guerrilha do Remexido* já tinha demonstrado. Receava apenas andar sobre os caminhos já trilhados pelos seus dois autores. Comecei a frequentá-lo, pois, com alguma desconfiança, mas acabou por se revelar uma boa surpresa pela numerosa documentação que possuía relativa aos temas que pretendia estudar, e não só às guerrilhas. Também lá se encontravam imensos materiais relativos a outras matérias do meu interesse, desde motins e revoltas, a outras formas de protesto popular ou de desobediência civil, por mais pequenas que fossem.

Acabei por chegar à conclusão, para mim inesperada, de que naqueles anos e na ausência de uma polícia nacional era ao exército que cabia manter a “ordem pública” em todo o território. Percebi então que estava no sítio certo e gostei muito desses anos de trabalho de arquivo *in loco* embora a tarefa fosse morosa e complexa pelo que pude contar com a inestimável colaboração do extinto Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE que, posso afirmar, não ter apenas apoiado, mas mesmo viabilizado esta extensa pesquisa ao financiar o trabalho de auxiliares de investigação fundamentais para ter conseguido reunir a extensa documentação que reuni. “Boas práticas”, como é hábito dizer-se, embora cada vez menos “praticadas”, no atual horizonte académico movido sobretudo pela metragem, pelos rankings e pela precariedade.

Foi no AHM que encontrei as fontes mais importantes para a minha tese de doutoramento, que tentei cruzar sempre com a imprensa da época e episodicamente com outros arquivos e com os debates parlamentares (ainda muito longe de estarem digitalizados) através da consulta do *Diário do Governo*. Tudo fontes, é quase inútil dizê-lo, produzidas pelo liberalismo.

Se estudar o miguelismo não se revelou tarefa fácil da perspetiva em que iniciei os meus estudos, ou seja, *from below*, quando passei para o lado oposto, para os tempos do exílio em Itália de D. Miguel e de muitos dos seus partidários, também não. Isso aconteceu quando a minha colega Maria Alexandre Lousada e eu nos embrenhámos na realização a meias de uma biografia de D. Miguel para a coleção dos *Reis de Portugal* publicada pelo Círculo de Leitores vai fazer vinte anos.

Como me debrucei sobre o período do exílio, quando já deixara praticamente de haver imprensa favorável à sua causa em Portugal, a dificuldade aumentou, tornando mais uma vez claro que o arquivo era também indispensável para o estudo da política miguelista *tout court* no pós-guerra, tal como me acontecera já com o estudo das resistências populares ao liberalismo. Para este efeito usei sobretudo o Arquivo Histórico-Diplomático.

Creio que dos estudos pouco numerosos publicados no século passado que incidiam sobre o período do pós-guerra civil se pode tirar a mesma conclusão relativamente à importância do arquivo. Relembro o trabalho subjacente ao *A guerrilha do Remexido*, editado em 1981 (que teve uma segunda edição em 2024 com novos materiais recolhidos muito mais tarde por António Monteiro Cardoso e em que tive o gosto de colaborar), ao livro de Maria Teresa Mónica, *Errâncias miguelistas* e ao de José Brissos, *A insurreição miguelista nas resistências a Costa Cabral (1842-1847)*. Nestes estudos mais antigos, incluindo os meus, vindos de uma era “pré-internet” e por isso quase “pré-histórica”, o trabalho de arquivo *in loco*, muitas vezes extenso, era mesmo indispensável. Mas mesmo agora, com os recursos digitais de que dispomos e a digitalização de numerosos fundos (incluindo do AHM), estudar a contrarrevolução e o miguelismo depois da derrota de Évora-Monte pelo menos até meados do século XIX quando

os miguelistas passam a ter uma linha ordeira que concorre às eleições e um jornal regular, *A Nação*, o propósito não é fácil.

Mais recentemente, embora a contrarrevolução em Portugal continue bastante pouco estudada, encontram-se paralelos a essas longas e pacientes pesquisas, por exemplo, nalgumas das obras de Daniel Estudante Protásio, em particular nas de teor biográfico como as que consagrou ao 1.º e 2.º Visconde de Santarém ou no recente estudo de Francisca Branco Veiga sobre o regresso dos jesuítas a Portugal no reinado de D. Miguel onde o trabalho de arquivo é também central. Mas, apesar da importância central do arquivo, cabe recordar que os documentos só falam quando os interrogamos e lhes fazemos perguntas pertinentes, e que é a partir desse exercício que se constrói a moderna narrativa historiográfica.

Como referido, a informação sobre o miguelismo vinda de dentro, ou seja, dos próprios miguelistas, é escassa, e poderíamos mesmo dizer que a seguir ao fim da guerra civil, se instala um longo silêncio do lado dos derrotados quebrado apenas por três ou quatro títulos de livros menores e pelos já referidos periódicos *A Pátria* e sobretudo o longo *A Nação* que se publicará até às primeiras décadas do século XX. Será precisamente nos anos 1920 e 1930, quase em simultâneo com o fim de *A Nação*, que os integralistas começam a recuperar a figura de D. Miguel, de D. Carlota Joaquina e “o miguelismo” de uma maneira nova, reinventando-o, para aí entroncarmos a sua genealogia, tomando-os como uma espécie de “memória política fundacional” do movimento que estavam a iniciar.

Dito isto, é inegável que houve alguns momentos anteriores fortes de evocação de D. Miguel no espaço público, como o que se registou em 1866, ano da morte na Alemanha do príncipe exilado. Nessa data D. Miguel torna-se muito presente na imprensa portuguesa que noticia e lamenta a morte do “Príncipe infeliz”, e é também homenageado nas províncias, em particular em missas de sufrágio que são por ele rezadas. Com uma recolha dessas notícias D. Jorge Lócio publicará em 1867 um livro com o tocante e melancólico título abreviado de *Monumento*.

Mas, na verdade, se os miguelistas não tinham tentado fazer a sua própria história, nem nos anos do pós-guerra nem mais tarde, o processo de historicização do miguelismo afirma-se de forma clara com o Integralismo Lusitano. Acontece que do ponto de vista propriamente historiográfico esta perspectiva, sobretudo ideológica, que alguns autores do Estado Novo prosseguirão, é bastante pobre e por vezes nula, embora tenha tido o mérito de disponibilizar, a partir dos anos 1940, obras substantivas do pensamento miguelista, as mais importantes das quais redigidas no exílio, como *O Novo Príncipe* de Gama e Castro, publicada tal como outras, na editora Pro Domus. Não tendo o miguelismo nem o legitimismo sido também muito férteis na área do pensamento político, estas edições são de grande valor não só para entender melhor algumas aflorações mais explícitas desse pensamento nas suas diversas fases e facetas, mas também para perceber as próprias escolhas subjacentes ao catálogo desta editora do Estado Novo. Um regime que viria a reabilitar D. Miguel (nomeadamente com o repatriamento dos seus restos mortais para Portugal em 1967 e a sua trasladação para o Panteão dos Braganças em São Vicente de Fora) e cujos historiadores, como por exemplo João Ameal, na sequência dos integralistas, viriam a seguir a mesma via reabilitadora, o que naturalmente os distancia, desde logo, da área da historiografia propriamente dita. Na verdade, a historiografia não reabilita porque não julga nem condena. Não é um tribunal nem um júri, é apenas, e não se lhe pede que seja mais, uma forma de conhecimento crítico e de reflexão informada sobre o passado.

Embora seja comum dizer-se, e com fundamento, que são os vencedores que fazem a história, o que se pode considerar que nesta contenda se comprova, é necessário acrescentar também que, no caso português, a historiografia miguelista quase permite concluir, de tão escassa, que o campo foi deixado em aberto aos vencedores pelos vencidos.

Mas não só a eles, claro, também aos historiadores atuais e aos futuros a quem só se pede que pesquisem criteriosamente e com sentido crítico as experiências dos agentes históricos, a sua linguagem e intencionalidade, procurando assim aumentar e não reduzir as diferenças entre o mundo em que viviam e o nosso, permitindo, desse

modo, vê-los a uma distância capaz de nos devolver o passado nos seus próprios termos, e de procurar, através das palavras e dos conceitos que manejavam, os sentidos do modo como pensavam e agiam.

E volto mais uma vez à famosa frase do livro *The go-between* de L. P. Hatley que ainda recentemente citei noutro contexto que diz, muito justamente, “o passado é um país estrangeiro: lá fazem-se as coisas de outra maneira”. Cabe-nos a nós respeitar essa distância.

Submissão/submission: 24/11/2025

Aceitação/approval: 03/07/2026

Fátima Sá e Melo Ferreira, IHC/FCSH/NOVA, Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal; CIES-ISCTE, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 1649-026 Lisboa, Portugal. fatima.sa@iscte-iul.pt

Ferreira, F. S. e M. (2026). Estudar a contrarrevolução: Um testemunho. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (26), 1-6. <https://doi.org/10.48751/CAM-2026-26475>
